

Efeito Ovelha Negra: Papel do Estatuto Grupal na Reacção ao Desvio

Paula Fortuna, Miguel Campos, Isabel R. Pinto & José M. Marques¹

¹ Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Analisamos experimentalmente a reacção ao desvio nos grupos segundo o modelo da Dinâmica de Grupos Subjectiva (Marques, Páez & Abrams, 1998), que articulamos com a ideia de que o efeito ovelha negra (e.g. Pinto, Marques, Levine & Abrams, no prelo) depende do estatuto dominante ou dominado do endogrupo em relação ao exogrupo (Lorenzi-Cioldi, 1988). Estudantes dos ensinos básico e secundário (N=48) foram atribuídos a dois estatutos (dominante, dominado), com base numa falsa prova e avaliaram membros normativos e desviantes do endogrupo ou do exogrupo. Obtivemos um efeito ovelha negra correlacionado com a identificação endogrupal no grupo dominante, o que é consistente com a ideia de que esse efeito é funcional para a manutenção de uma diferenciação social positiva. No grupo dominado encontramos o oposto ao efeito ovelha negra mas esse resultado é independente da identificação endogrupal. Discutimos estes resultados à luz das teorias anteriormente referidas.

Palavras-chave: Efeito Ovelha Negra, Dinâmica de Grupos Subjectiva, Estatuto Grupal.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

Se pensarmos nos vários grupos a que pertencemos, verificamos que todos têm as suas próprias normas. Quebrá-las, sobretudo se forem normas importantes para o grupo, geralmente leva os seus membros a reagir negativamente contra quem as infringiu. No entanto, a investigação tem mostrado que as pessoas não reagem de igual forma a todos os desviantes. O efeito ovelha negra (Marques, Yzerbit & Leyens, 1988) mostra que os desviantes do endogrupo são mais negativamente avaliados do que os desviantes do exogrupo, enquanto que os membros normativos do endogrupo são mais positivamente avaliados do que os membros normativos do exogrupo.

A avaliação mais favorável dos membros normativos do endogrupo face ao membro normativo do exogrupo é directamente consistente com a noção de favoritismo pró-endogrupo proposta pela teoria da identidade social (Tajfel, 1978). Esta teoria define a identidade social como a “parte da identidade de um indivíduo que deriva da sua noção de pertença a grupos sociais e que resulta das avaliações e do significado emocional atribuído a essa pertença” (Tajfel, 1978, p.63). Numa situação social em que

é a pertença grupal que define o auto-conceito do indivíduo, há uma motivação para a procura e manutenção de uma identidade social distintiva e positiva, e essa identidade é estabelecida por comparação com um exogrupo relevante na situação. Um processo através do qual os indivíduos procuram alcançar uma identidade social satisfatória em situações de comparação social é o *ingroup bias*, que consiste na tendência para os indivíduos favorecerem o endogrupo de forma a diferenciá-lo positivamente do exogrupo (Tajfel, Billig, Bundy & Flament, 1971; Tajfel, 1978). O *ingroup bias* está presente no efeito ovelha negra, ao haver uma avaliação mais positiva do membro normativo do endogrupo do que do membro normativo do exogrupo. No entanto, à primeira vista, a avaliação negativa do membro desviante do endogrupo face ao membro desviante do exogrupo pareceria contrariar o *ingroup bias* e, dessa forma, também a existência de uma atitude de favoritismo pró-endogrupo.

Na sequência da teoria da identidade social, a teoria da auto-categorização procura explicar os processos implicados na forma como os indivíduos estabelecem uma identidade social clara nas situações de comparação social, nomeadamente através do chamado princípio do meta-contraste (Turner, Hogg, Oakes, Reicher & Wetherell, 1987). Numa situação social há determinadas categorias que nos são acessíveis. A acessibilidade de uma categoria é uma função directa e, também, a consequência da facilidade com que os indivíduos a evocam. No entanto, tal categoria só será evocada se, na situação, existirem estímulos salientes que se adequem a essa categoria. Em função desta interacção entre a acessibilidade de uma categoria cognitiva e a sua capacidade de estabelecer um significado para os estímulos presentes numa situação social, o princípio do meta-contraste permite aos indivíduos construir representações simplificadas representativas das categorias evocadas - protótipos - que maximizam as diferenças intercategoriais e as semelhanças intracategoriais.

Uma consequência importante do metacontraste é o facto de que, ao categorizarmo-nos enquanto membros de um grupo, assimilamo-nos ao protótipo da categoria que representa esse grupo, ou seja, auto-estereotipamo-nos, de tal forma que as características salientes para definir a nossa identidade passam a ser aquelas que partilhamos com o grupo. Por outras palavras, despersonalizamo-nos (Turner et al, 1987) e tornamo-nos cognitivamente intermutáveis com o protótipo endogrupal. A teoria da dinâmica de grupos subjectiva parte desta ideia para propor que, neste contexto psicológico, passamos a perceber uma total interdependência entre todos os

membros do endogrupo no sentido da construção e preservação de uma identidade social positiva (Marques, Abrams, Páez & Hogg, 2001; Marques & Páez, 1994). Assim, um membro do endogrupo que faz um acto louvável contribuirá para a imagem positiva do grupo e, logo, para uma identidade social positiva, enquanto que um membro que faça um acto reprovável prejudicará essa imagem, contrariando a motivação para possuímos uma identidade social positiva. Uma consequência desse facto será uma forte reacção negativa em relação aos membros socialmente indesejáveis (desviantes) do endogrupo, já que põem em causa a nossa identidade social. Segundo a teoria da dinâmica de grupos subjectiva, este processo explicará a ocorrência do efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988).

Uma noção fundamental na teoria da dinâmica de grupos subjectiva é a distinção entre focalizações normativas descritiva e prescritiva (Marques & Páez, 2008; Pinto, Marques, Levine & Abrams, no prelo). Segundo a teoria, adoptamos uma focalização descritiva quando nos centramos em critérios normativos que nos permitem diferenciar entre grupos (por exemplo, as cores vestidas pelos adeptos de dois clubes de futebol). Por outro lado, a focalização prescritiva refere-se a critérios que não definem necessariamente as diferenças entre grupos e as pertenças grupais dos indivíduos, mas antes o valor positivo ou negativo desses indivíduos (por exemplo, o desportivismo). A focalização prescritiva refere-se, assim, à utilização de critérios morais independentes das pertenças grupais dos indivíduos que respeitam ou desrespeitam esses critérios (por exemplo, um jogador pode ser desonesto quando simula uma lesão para “queimar tempo”, ou ter fair-play quando coloca a bola fora do campo para um jogador adversário poder ser assistido). O efeito ovelha negra é, portanto, a interacção simultânea de uma focalização descritiva, distinguindo o endogrupo do exogrupo, e de uma focalização prescritiva, ao estabelecer a distinção entre elementos bons e maus no seio dos grupos (Marques & Páez, 2008).

A teoria da dinâmica de grupos subjectiva inspira-se não só na abordagem da identificação social, que referimos anteriormente, mas também na abordagem tradicional das reacções ao desvio nos grupos face-a-face (cf. Marques, Páez & Abrams, 1998). No contexto desta última abordagem, Festinger (1950) fala-nos de duas forças que pressionam o grupo em direcção à sua uniformidade: a realidade social e a locomoção do grupo. Segundo este autor, o ser humano está naturalmente empenhado em reduzir a incerteza face à realidade. Se é verdade que podemos estar certos acerca de

determinados aspectos da realidade em função de processos psicofísicos, ligados à sua experimentação directa (por exemplo, a água a ferver queima), existem outros aspectos tanto ou mais importantes do que os primeiros (por exemplo, a superioridade de uma corrente política ou religiosa, o valor de um grupo, etc.) cuja validade só pode ser determinada através do consenso, ou validação social. Em relação a estes aspectos da realidade que nos cerca, a validade subjectiva da nossa visão do mundo será uma função directa do consenso que julgarmos existir acerca dessa realidade. Segundo Festinger (1950), essa validade é-nos fornecida pelo consenso existente no interior do grupo. Quanto à locomoção de grupo, Festinger argumenta que a uniformidade dentro de um grupo é desejável na medida em que possibilita ou favorece a realização de objectivos colectivos. Portanto, a emergência de desvio dentro do grupo, por um lado aumenta a incerteza face à realidade social do grupo, e por outro lado torna mais difícil que o grupo atinja os seus objectivos. Podemos, assim, compreender a ideia de base da teoria da dinâmica de grupos subjectiva. Em primeiro lugar, ao categorizar os grupos o indivíduo assimila-se ao protótipo endogrupal. O indivíduo desenvolve, então, uma percepção de total interdependência entre os membros do grupo para a definição de uma identidade social positiva. Num contexto em que os grupos se definem apenas em termos dos seus protótipos relativos, a diferenciação positiva entre o protótipo endogrupal e o protótipo exogrupal tornar-se-á na componente mais relevante (e, mesmo, única) da realidade social do grupo e também o seu objectivo supra-ordenado (Marques & Páez, 1994). Neste contexto, um desviante endogrupal será duplamente ameaçador: ele reduzirá a validade das crenças numa identidade social positiva e o objectivo derradeiro do grupo: a manutenção dessa identidade social positiva.

Há, no entanto, evidência científica de que os grupos funcionam de maneira diferente, consoante o estatuto social dominante ou dominado que detêm (Lorenzi-Cioldi, 1988; 2006). Essa diferença de estatuto conduz a reacções diferentes por parte dos membros desses grupos. Segundo a teoria dos grupos agregado-colecção (Lorenzi-Cioldi, 1988, 2006) a necessidade de legitimação do seu estatuto dominante leva os membros dos grupos dominantes a percepcionarem-se como indivíduos diferenciados entre si, enquanto que os membros dos grupos dominados são levados a percepcionarem-se como fortemente semelhantes entre si e ligados por um destino-comum. Assim, “o grupo dominante é constituído por uma colecção de indivíduos, cada um com as suas próprias especificidades, enquanto que o grupo dominado é constituído

por um agregado de indivíduos relativamente indiferenciados uns dos outros” (Lorenzi-Cioldi, 1988, p.37). A noção de colecção e de agregado é partilhada por ambos os grupos, isto é, os indivíduos dominantes percebem-se a si mesmos como uma colecção de indivíduos únicos e são percebidos pelos grupos dominados de igual forma, ao passo que os grupos dominados vêem-se como uma massa indiferenciada que partilha características comuns e são percepcionados pelos dominantes também como uma massa indistinta.

No nosso estudo pretendemos analisar se existem diferenças na forma como grupos dominantes e dominados avaliam os membros do endogrupo e do exogrupo, quer estes sejam membros normativos ou desviantes. De facto, se, por um lado, podemos pensar que os membros dos grupos dominados (agregados) se percepcionam como mais fortemente interdependentes no que respeita à definição de uma identidade social positiva, também podemos pensar que a defesa dessa identidade é relevante sobretudo para os membros dos grupos dominantes. No primeiro caso deveríamos encontrar um efeito ovelha negra quando os participantes são membros de grupos dominados, enquanto que no segundo caso este efeito apareceria quando o endogrupo é dominante. Assim, a questão principal do nosso estudo é verificar se existe uma relação entre a identidade social e a avaliação dos membros normativos e desviantes em função do estatuto social do endogrupo.

1.2. Hipóteses e Visão Geral do Estudo

Propomos que a identificação com o grupo vai estar positivamente relacionada com a diferenciação de avaliação entre o membro normativo e o desviante do endogrupo na condição em que apareça o efeito ovelha negra, uma vez que tal é defendido pela teoria da dinâmica de grupos subjectiva. De facto, esperamos que quanto mais os participantes se identificam com o endogrupo, mais sentem o valor do grupo ameaçado com a presença de um membro desviante e, daí, mais tendem a reagir de forma negativa e extrema aos alvos desviantes do endogrupo. Ainda para reforçar esta ideia, esperamos que a identificação final com o endogrupo se mantenha (ou aumente) após a derrogação do membro desviante do endogrupo, uma vez que a derrogação do membro desviante deve legitimar as crenças num valor positivo do grupo.

Com o objectivo de testarmos estas ideias, realizámos um estudo no qual os participantes podiam ser membros de um grupo dominante ou de um grupo dominado.

Para esse efeito, categorizámos os participantes de acordo com o paradigma dos grupos mínimos e manipulámos o estatuto dos grupos com base em resultados (fictícios) de uma tarefa que os participantes tinham realizado numa primeira fase. Os participantes avaliaram dois alvos, ambos do endogrupo ou do exogrupo, um descrito como socialmente desejável (normativo) e o outro como socialmente indesejável (desviante). A identificação com o endogrupo foi medida prévia e posteriormente à apresentação e avaliação dos dois alvos.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Participaram no estudo 48 estudantes do ensino básico e secundário, 22 do sexo masculino e 26 do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos ($M = 15.35$, $DP = 1.41$). Não há diferenças significativas entre as condições experimentais na variável idade, $F(3,44) < 1$, nem na variável sexo, $\chi^2(3) = 3.49$, *ns*.

2.2 Plano Experimental

O plano experimental do estudo é um 2 (Estatuto: Dominante vs. Dominado) x 2 (Grupo dos Alvos: Endogrupo vs. Exogrupo) x 2 (Normatividade do Alvo: Normativo vs. Desviante), em que as variáveis Estatuto e Grupo dos Alvos são factores inter-participantes e a Normatividade do Alvo (Normatividade) é um factor intra-participantes.

2.3 Procedimentos

O procedimento do estudo compreendeu duas sessões. Ambas as sessões do estudo decorreram durante as aulas dos participantes sob o pretexto de corresponderem a tarefas de orientação vocacional, complementares ao serviço que a escola já lhes fornece e que lhes permitiria saberem mais informações acerca deles mesmos. Numa primeira sessão, informámos os participantes de que iriam realizar um teste individual cujo resultado lhes permitiria saber qual o seu tipo de raciocínio perceptivo. Na realidade, este teste (fictício) serviria de pretexto para categorizar os participantes em

grupos mínimos (bottom-up ou top-down), à semelhança do procedimento realizado por Tajfel e colegas (Tajfel et al, 1971). Nesta sessão, pedimos-lhes também para preencherem um suposto inventário de valores. Este inventário serviria para tornar credível a manipulação de Normatividade.

Na segunda sessão, entregámos aos participantes o resultado individual sobre o seu tipo de raciocínio perceptivo e medimos, de seguida, a sua identificação com o grupo que lhes foi atribuído.

Manipulação de Estatuto. Informámos os participantes de que, mais tarde, haveria uma tarefa em que um dos grupos iria mandar e outro obedecer e ser avaliado pelo grupo que mandaria. Dissemos-lhes, ainda, que existem estudos científicos que demonstram que os membros do tipo de raciocínio perceptivo top-down estão melhor habilitados para assumir a liderança em tarefas como a que se iria realizar e, por isso, seriam eles a mandar. Assim, os participantes que receberam o resultado de que tinham um tipo de raciocínio top-down encontravam-se na condição Dominante, enquanto que os que receberam o resultado de bottom-up encontravam-se na condição Dominado.

Manipulação de Grupo dos Alvos e de Normatividade. Pedimos aos participantes para observarem e avaliarem as respostas de dois supostos alunos ao inventário de valores que tinham respondido na primeira sessão. Um dos alunos demonstrava valores morais socialmente desejáveis (alvo normativo) e o outro demonstrava valores indesejáveis (alvo desviante). Ambos os alvos foram descritos como apresentando o mesmo tipo de raciocínio perceptivo do participante (condição Endogrupo) ou o tipo oposto (condição Exogrupo).

Por fim, recolhemos uma medida final de identificação social e as medidas de verificação das manipulações.

Depois de preenchido o último questionário, fizemos o *debriefing* aos participantes revelando o verdadeiro objectivo do estudo e explicando e discutindo o motivo de usarmos cenários fictícios.

2.4 Medidas dependentes

Os participantes responderam a quatro conjuntos de questões. O primeiro conjunto refere-se a uma medida inicial de identificação com o endogrupo. O segundo refere-se a medidas de avaliação dos alvos normativo e desviante. O terceiro corresponde a uma

medida final de identificação com o endogrupo. Finalmente, o quarto grupo de questões refere-se a medidas de verificação das manipulações experimentais.

Identificação Inicial com o Endogrupo. Imediatamente após os sujeitos terem ficado a saber qual o seu tipo de raciocínio perceptivo e antes de lhes ser revelado qual o seu estatuto, os participantes responderam às primeiras medidas de identificação com o endogrupo em escalas de 7 pontos. Esta medida é constituída pelos itens “Na tua opinião, no teu caso pessoal, o Teste de Raciocínio Perceptivo acertou no teu tipo de criatividade?” ($1 = \text{Errou completamente}$, $7 = \text{Acertou completamente}$); “Em que medida pensas que as características do teu tipo se aplicam a ti particularmente?” ($1 = \text{Aplicam-se mal}$, $7 = \text{Aplicam-se bem}$); “Em que medida gostas de pertencer ao teu tipo de raciocínio perceptivo?” ($1 = \text{Gosto pouco}$, $7 = \text{Gosto muito}$); “Gostas do teu tipo de raciocínio perceptivo?” ($1 = \text{Gosto pouco}$, $7 = \text{Gosto muito}$); e “Como te sentes, sabendo que pertences ao teu tipo de raciocínio perceptivo?” ($1 = \text{Muito distante/ Pouco orgulhoso}$, $7 = \text{Muito próximo/ Muito Orgulhoso}$). Apesar de estes itens terem revelado uma consistência interna moderada (α de Cronbach = .59), decidimos construir uma medida única de identificação com o endogrupo que correspondeu à média destes itens todos.

Avaliação dos Alvos. Os participantes avaliaram cada um dos alvos nas seguintes questões: “Qual é a tua impressão geral desta pessoa?” ($1 = \text{Muito Má}$, $7 = \text{Muito Boa}$); “O que achas da forma como esta pessoa respondeu à escala de valores morais?” ($1 = \text{Muito mal}$, $7 = \text{Muito bem}$), “Que imagem é que esta pessoa dá do grupo ao qual pertence?” ($1 = \text{Muito Má}$, $7 = \text{Muito boa}$). Para além disso, posicionaram-se também em escalas de 7 pontos ($1 = \text{Pouco}$, $7 = \text{Muito}$), quanto aos traços “Simpática”, “Leal”, “Generosa”, “Inteligente”, “Invejosa” (invertido) e “Mentirosa” (invertido). Construímos duas novas medidas resultantes das médias destes itens, uma de Avaliação do Normativo (α de Cronbach = .88), e outra de Avaliação do Desviante (α de Cronbach = .87).

Identificação Final com o Endogrupo. Após as medidas de avaliação dos alvos, os participantes responderam às seguintes questões: “Em que medida estás satisfeito por fazeres parte do teu tipo de raciocínio?” ($1 = \text{Nada satisfeito}$, $7 = \text{Muito satisfeito}$) e “Senteste-te orgulhoso de pertencer ao teu tipo de raciocínio perceptivo?” ($1 = \text{Pouco orgulhoso}$, $7 = \text{Muito orgulhoso}$). Construímos uma medida final de identificação com o endogrupo correspondendo à média destes dois itens (α de Cronbach = .84).

Medidas de Verificação das Manipulações. No final do estudo havia duas afirmações que o sujeito tinha de completar: “O teu tipo de raciocínio é: top-down/bottom-up” (verificação do grupo de pertença); “O teu grupo é bom a mandar/obedecer” (verificação do estatuto do endogrupo).

3. RESULTADOS

Identificação Inicial com o Endogrupo

Uma ANOVA simples sobre o índice de Identificação com o Endogrupo mostra que não há diferenças na identificação entre as condições experimentais, $F(3,44)$ sempre < 1 . Assim, podemos dizer que a equivalência entre as condições experimentais está assegurada e, para além disso, que no geral os participantes se identificaram com o seu grupo ($M = 5.25$; $DP = 0.73$).

Avaliação dos Alvos

Para testar a ideia principal, sobre como é que são avaliados os membros normativos e desviantes em contexto intergrupar com grupos de estatuto diferenciado, realizámos uma ANOVA Estatuto x Grupo dos Alvos x Normatividade sobre os índices de Avaliação do Normativo e Avaliação do Desviante. Tal como previsto, os alvos normativos são melhor avaliados ($M = 5.87$ $DP = .88$) que os desviantes ($M = 2.51$; $DP = 1.05$), $F(1,44) = 215.58$, $p < .001$, $\eta^2 = .83$. Os resultados evidenciam efeitos não significativos de Estatuto, de Grupo dos Alvos, de Estatuto x Grupo dos Alvos, de Estatuto x Normatividade e de Grupo dos Alvos x Normatividade ($F(1,44)$ sempre < 1.21 , *ns*). Mas, mais interessante para os nossos objectivos, os resultados evidenciam uma interacção total significativa $F(1,44) = 7.17$, $p = .01$, $\eta^2 = .14$.

Ao decompor a interacção total por Estatuto, verificámos uma interacção Grupo dos Alvos x Normatividade marginalmente significativa para a condição de Estatuto do Endogrupo Dominante ($F(1,45) = 2.97$, $p = .09$), $\eta^2 = .06$, e significativa para a condição de Estatuto do Endogrupo Dominado ($F(1,45) = 4.74$, $p = .04$, $\eta^2 = .10$); ver Tabela 1. Quando os indivíduos são membros de grupos dominantes, avaliam o desviante do endogrupo ($M = 2.11$; $DP = 1.21$) de forma mais negativa do que o membro desviante do exogrupo ($M = 3.02$; $DP = 1.24$); $F(1,45) = 4.32$, $p = .04$, $\eta^2 = .09$. No entanto, quanto aos membros normativos, as diferenças verificadas entre as

avaliações dos membros do endogrupo e do exogrupo não são significativas, $F(1,45) = .51$.

Ao contrário dos grupos dominantes, os membros de grupos dominados não diferenciam significativamente as avaliação atribuídas aos membros desviantes $F(1,45) = 2.62$, *ns*. Quanto ao alvo normativo, este é avaliado de forma mais positiva quando é um membro exogrupo ($M = 6.20$; $DP = 0.65$), comparativamente com o membro normativo do endogrupo ($M = 5.51$; $DP = 1.22$), $F(1,45) = 4.29$, $p = .04$, $\eta^2 = .09$.

Conforme vimos, existe uma maior diferenciação entre os membros normativo e desviante dos grupos dominantes, independentemente de os alvos serem do endogrupo ou do exogrupo dos participantes. Estes resultados são, portanto, consistentes com a teoria dos grupos agregado-colecção (Lorenzi-Cioldi, 1988).

Tabela 1 – Avaliação dos Alvos Normativo e Desviante em função de Estatuto e Grupo dos Alvos

		Estatuto			
		Dominante		Dominado	
		Endogrupo	Exogrupo	Endogrupo	Exogrupo
Avaliação do Normativo	M (DP)	6.05 (0.66)	5.78 (0.70)	5.51 (1.22)	6.20 (0.65)
Avaliação do Desviante	M (DP)	2.13 (1.21)	3.01 (1.24)	2.71 (0.96)	2.08 (0.58)

Identificação Final com o Endogrupo.

Com o objectivo de verificarmos se a identificação com o endogrupo seria restaurada após a derrogação do membro desviante do endogrupo, realizámos uma ANOVA simples sobre o índice de Identificação Final com o Endogrupo. Contrariamente à identificação inicial com o endogrupo, na medida final de identificação encontramos um tendência para a identificação com o endogrupo ser superior quando este tem um estatuto dominante ($M = 5.71$; $DP = 1.07$) do que quando o estatuto é dominado ($M = 4.94$; $DP = 1.60$), $F(3,44) = 3.43$, $p = .07$, $\eta^2 = .07$ (para o factor Grupo dos Alvos e Estatuto x Grupo dos Alvos: $F_{1,44}$ sempre < 1). Apesar de não podermos dizer se são os membros do grupo dominante que aumentam a sua identificação com o endogrupo ou se são os membros de grupos dominados que enfraquecem o seu empenho com o grupo, os dados são claros: são os membros de grupos dominantes que evidenciam uma manutenção ou fortalecimento da sua

identificação social, após a presença de ameaça ao valor do grupo causada pela presença de desvio.

Associação entre Identificação com o Endogrupo e Avaliação dos Alvos

Para podermos testar a nossa hipótese segundo a qual a identificação com o endogrupo estaria associada com a avaliação dos alvos, começámos por criar, para cada participante, um índice de Diferenciação Avaliativa correspondendo à diferença entre o índice Avaliação do Normativo e o índice Avaliação do Desviante. De seguida realizámos Correlações Momento-Produto de Pearson entre esta medida de diferenciação e as duas medidas de identificação (inicial e final), por condição experimental, ver Tabela 2.

Na condição Endogrupo Dominante/ Alvos do Endogrupo, encontrámos uma associação positiva de Diferenciação Avaliativa com Identificação Inicial com o Endogrupo ($r = .49$, *ns*; $N=9$) e também um padrão idêntico com a Identificação Final com o Endogrupo ($r = .43$, *ns*; $N=9$). Estes resultados, apesar de não serem significativos, são consistentes com as nossas hipóteses. Quanto mais se identificam com o endogrupo, mais os participantes diferenciam as avaliações dadas aos alvos do endogrupo.

Na condição Endogrupo Dominante/ Alvos do Exogrupo, encontrámos uma associação fraca e não significativa entre Diferenciação Avaliativa e Identificação Inicial com o Endogrupo ($r = -.29$, *ns*). Já entre Diferenciação Avaliativa e Identificação Final com o Endogrupo ($r = -.62$, $p = .03$), a associação tornou-se significativa. Estes resultados apontam para um dado interessante, apesar de inesperado. Quando os participantes pertencem a um grupo dominante, quanto menos diferenciam membros do exogrupo nas suas avaliações, mais reforçam a sua identificação com o endogrupo.

Já na condição Endogrupo Dominado/ Alvos do Endogrupo, as correlações entre a diferenciação dos alvos e a identificação no primeiro momento ($r = -.11$, *ns*) e no segundo momento ($r = -.11$, *ns*) são praticamente nulas.

Por fim, na condição Endogrupo Dominado/ Alvos do Exogrupo, a correlação entre Diferenciação Avaliativa e Identificação Inicial com o Endogrupo é praticamente nula ($r = .14$, *ns*). No entanto, podemos verificar que a associação com Identificação Final com o Exogrupo é positiva, apesar de não significativa ($r = .45$, *ns*).

Em suma, os resultados sugerem que a nossa hipótese aplica-se essencialmente a indivíduos com pertenças a grupos dominantes e não a dominados. Com efeito, apenas nesta condição, quanto mais se identificam com o seu grupo, mais procuram diferenciar as avaliações entre os alvos. Pelo contrário, quando os indivíduos são membros de um grupo dominado, no geral constatamos que a avaliação dos alvos normativo e desviante não está relacionada com a identificação com o grupo, excepto quando avaliam membros do exogrupo, ou seja, membros de um grupo dominante. Neste caso, quanto mais diferenciam o normativo do desviante do grupo dominante, mais tendem a identificar-se com o seu grupo (dominado).

Tabela 2 – *Correlações Momento-Produto de Pearson entre Diferenciação Avaliativa e Identificação Inicial com o Endogrupo e Identificação Final com o Endogrupo em função de Estatuto e Grupo dos Alvos.*

<i>Diferenciação Avaliativa</i>	Estatuto			
	Dominante		Dominado	
	Endogrupo (N=9)	Exogrupo (N=14)	Endogrupo (N=12)	Exogrupo (N=13)
Identificação Inicial	.49 (<i>ns</i>)	-.29 (<i>ns</i>)	-.11 (<i>ns</i>)	.14 (<i>ns</i>)
Identificação Final	.43 (<i>ns</i>)	-.62 ($p = .03$)	-.11 (<i>ns</i>)	.45 (<i>ns</i>)

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Conforme vimos, a diferenciação entre avaliações dos alvos apenas surgiu nas condições em que os alvos pertencem a grupos dominantes. Esta maior diferenciação dos grupos dominantes em relação aos grupos dominados é consistente com a teoria de Lorenzi-Cioldi (1988). Os grupos dominantes são percebidos (tanto pelos seus próprios membros como pelos membros dos grupos dominados) como uma colecção de indivíduos diferentes. Pelo contrário, o grupo dominado é percebido como um agregado homogéneo e indiferenciado. Assim, a maior diferenciação entre alvos normativos e desviantes, encontrada quando os alvos são membros do grupo dominante, por comparação com os alvos dominados, independentemente do estatuto do grupo de pertença dos indivíduos, reflecte os pressupostos desta teoria.

Assim, se nos basearmos apenas nas avaliações dos alvos, podemos pensar que esta teoria acima mencionada explica os resultados obtidos. No entanto, ao relacionarmos a avaliação dos alvos com os dados referentes à identificação que os

indivíduos manifestam com o endogrupo, torna-se necessário recorrermos à dinâmica de grupos subjectiva para explicarmos de forma parcimoniosa os dados encontrados.

A derrogação dos membros desviantes do endogrupo ocorreu apenas quando os indivíduos pertencem a grupos dominantes. Ainda nesta condição, quanto mais os indivíduos se identificam com o endogrupo, mais diferenciam os alvos normativo e desviante, e mais reforçam (ou restabelecem) os laços com o seu próprio grupo. Este padrão de associações, específico a esta condição, sugere-nos que as avaliações dos alvos não reflectem apenas a percepção de maior ou menor diferenciação entre os membros de um grupo dominante e dominado (respectivamente). De facto, a presença de um membro desviante no seio de um grupo dominante parece ameaçar a legitimidade do valor positivo desse grupo. Através da derrogação extrema deste desviante, os indivíduos evidenciaram o “restauro” da legitimidade do valor do grupo. Esta associação de resultados é consistente com os pressupostos da dinâmica de grupos subjectiva.

Este padrão não ocorreu, no entanto, quando os indivíduos foram categorizados enquanto membros de um grupo dominado. Neste caso, os indivíduos diferenciaram menos os alvos do seu grupo do que do exogrupo. Para além disso, nesta condição, encontramos uma associação positiva entre a avaliação dos membros do exogrupo e a identificação final com o endogrupo. Estes resultados, apesar de inesperados, parecem ser consistentes com a ideia de que os membros dos grupos dominados prestam atenção a exogrupos dominantes. O que é interessante neste caso é o facto da existência de um membro desviante num exogrupo dominante permitir um relativo reforço do empenho dos indivíduos com o seu grupo dominado. De facto, e neste caso, o exogrupo parece ser relevante para o processo de comparação social entre os grupos. Podemos até pensar que a presença de um elemento desviante num exogrupo dominante pode contribuir para que o valor superior do grupo dominante não seja percebido como estável ou legítimo.

Em suma, apesar de encontrarmos diferenciação nas avaliações dos alvos de grupos dominantes, esta diferenciação parece adquirir uma função positiva na identificação com o endogrupo apenas quando os indivíduos pertencem a grupos dominantes e avaliam membros do endogrupo. Ou seja, só nesta situação é que a derrogação dos membros desviantes dominantes parece adquirir uma função legitimadora da identificação social dos indivíduos.

Em conclusão, este estudo pretendeu articular dois modelos teóricos que se debruçam sobre as relações intergrupais, a teoria da dinâmica de grupos subjectiva (Marques, Páez e Abrams, 1998) e a teoria dos grupos agregado-colecção (Lorenzi-Cioldi, 1988). De facto, a sociedade é constituída por grupos que assumem diferentes estatutos relativos uns aos outros. A partir deste estudo, podemos compreender que grupos com diferentes estatutos reagem de maneira diferente aos seus membros desviantes. Os dados sugerem que são os membros de grupos dominantes que derrogam membros desviantes com o objectivo de proteger a sua identidade social. Já os membros de grupos dominados parecem optar por uma reacção de desinvestimento da identificação com o seu grupo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Escola Secundária João da Silva Correia por ter colaborado connosco na realização deste estudo.

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

Paula Fortuna (paulafortuna@live.com); Miguel Campos (miguel.campos@live.com)
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto PORTUGAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Festinger, L. (1950). Informal social communication. *Psychological Review*, 6, 271-282.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1988). Individus dominants et groupes dominés. Images masculines et féminines. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2006). Group status and individual differentiation. In T. Postmes & J. Jetten (Eds). *Individuality and the group. Advances in social identity*. Londres: Sage.
- Marques, J. M., & Páez, D. (1994). The black sheep effect: social categorisation, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.) *European Review of Social Psychology*, Vol. 5 (pp. 37-68). New York: Wiley.
- Marques, J. M., & Páez, D. (2008). Dynamique de groupes subjective: un cadre théorique pour l'effet brebis galeuse. In R. V. Joule et P. Huguet (Eds), *Bilans et perspectives en psychologie sociale (Série n° 2, pp. 71-115)*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

- Marques, J. M., Páez, D., & Abrams, D. (1998). Social identity and intragroup differentiation as subjective social control. *In* S. Worchel, J. F. Morales, D. Páez & J.-C. Deschamps (Eds). *Social Identity: International perspectives*. Nova Iorque: Sage.
- Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., & Leyens, J.-Ph. (1988). The black sheep effect: Judgmental extremity towards ingroup members as a function of ingroup identification. *European Journal of Social Psychology*, *18*, 1-16.
- Marques, J., Abrams, D., Páez, D., & Hogg, M. (2001). Social categorisation, social identification, and rejection of deviant group members. *In* M. A. Hogg e R. S. Tindale (Eds.). *Blackwell handbook of social psychology (vol 3: Group Processes)* (pp. 400-424). Oxford, UK: Blackwell.
- Pinto, I. R., Marques, J. M., Levine, J. M., & Abrams, D. (no prelo). Membership status and subjective group dynamics: Who triggers the black sheep effect. *Journal of Personality and Social Psychology*.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive Aspects of Prejudice. *Journal of Social Issues*, *25*, 4, pp. 79-97.
- Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations* (pp. 27-100). London: Academic Press.
- Tajfel, H., Billig, M., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, *1*, 149-177.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford, UK: Basil Blackwell.